

RECURSO ESPECIAL Nº 1.576.094 - SC (2015/0323755-5)

RELATOR : MINISTRO PRESIDENTE DO STJ
RECORRENTE : BANCO SANTANDER BRASIL S/A
ADVOGADO : REGINA MARIA FACCA E OUTRO(S) - SC003246B
RECORRIDO : ÉLCIO JOÃO BATISTA DA COSTA
ADVOGADO : ELISEU CASAGRANDE E OUTRO(S) - SC013218

DECISÃO

Trata-se de recurso especial interposto pelo BANCO SANTANDER BRASIL S.A., com fundamento no artigo 105, inciso III, alíneas *a* e *c*, da Constituição Federal, contra acórdão do Tribunal de Justiça do Estado de Santa Catarina.

Nas razões do nobre apelo, a parte Recorrente discute: a) impossibilidade de limitação dos juros remuneratórios a 12% ao ano; b) legalidade da incidência da capitalização de juros, e; b) possibilidade de cobrança das tarifas administrativas; d) caracterização da mora; e) repetição do indébito, e; f) redistribuição dos ônus sucumbenciais.

É o relatório.

Decido.

Juros remuneratórios:

O Superior Tribunal de Justiça, ao apreciar os Temas n. 233 e 234, sob o rito dos recursos especiais repetitivos, pacificou o entendimento de que, "nos contratos de mútuo em que a disponibilização do capital é imediata, o montante dos juros remuneratórios praticados deve ser consignado no respectivo instrumento. Ausente a fixação da taxa no contrato, o juiz deve limitar os juros à média de mercado nas operações da espécie, divulgada pelo Bacen, salvo se a taxa cobrada for mais vantajosa para o cliente" (REsps n. 1.112.879/PR e 1.112.880/PR, relatora Ministra Nancy Andrighi, DJe de 19/5/2010).

Nesse sentido:

AGRAVO INTERNO NOS EMBARGOS DE DECLARAÇÃO NO RECURSO ESPECIAL. DIREITO BANCÁRIO. RECURSO ESPECIAL. AÇÃO REVISIONAL DE CONTRATO BANCÁRIO. JUROS REMUNERATÓRIOS. TAXA MÉDIA. AUSÊNCIA DO CONTRATO PACTUADO. CAPITALIZAÇÃO MENSAL DOS JUROS. FUNDAMENTO CONSTITUCIONAL INACATADO. SÚMULA 126/STJ. INOVAÇÃO RECURSAL. AGRAVO NÃO PROVIDO.

1. Conforme entendimento da Segunda Seção do STJ, os juros remuneratórios devem ser limitados à taxa média de mercado quando não há como apurar a taxa cobrada pela instituição financeira.

2. Com relação à capitalização mensal de juros, verifica-se que o v. acórdão recorrido assentou sua compreensão sobre o tema com base em fundamentos de caráter constitucional e infraconstitucional, qualquer deles suficiente, por si só, para manter o julgado. Incidência da Súmula 126 do STJ.

3. A ampliação das razões recursais em sede de agravo interno caracteriza inadmissível inovação recursal, o que não é tolerado pelo STJ.

4. Agravo interno não provido. (AgInt nos EDcl no REsp 1445887/PR, Rel. Ministro Luis Felipe Salomão, Quarta Turma, julgado em 13/12/2018, DJe 19/12/2018.)

AGRAVO INTERNO. RECURSO ESPECIAL. CONTRATOS BANCÁRIOS. JUROS REMUNERATÓRIOS. AUSÊNCIA DE PACTUAÇÃO. TAXA MÉDIA DE MERCADO. SUCUMBÊNCIA RECÍPROCA.

1. A atual jurisprudência do STJ dispõe que nos casos em que não estipulada expressamente a taxa de juros ou na ausência do contrato bancário, deve-se limitar os juros à taxa média de mercado para a espécie do contrato, salvo se mais vantajoso para o cliente o percentual aplicado pela instituição financeira, como se verifica no caso dos autos. Precedentes.

2. Verificado o decaimento proporcional das pretensões da cada parte, constata-se a ocorrência da sucumbência recíproca, o que autoriza a aplicação da regra do art. 21 do Código de Processo Civil/1973.

3. Agravo interno a que se nega provimento. (AgInt no REsp 1324718/PR, Rel. Ministra Maria Isabel Gallotti, Quarta Turma, julgado em 04/10/2018, DJe 16/10/2018)

AGRAVO INTERNO NO RECURSO ESPECIAL. CONTRATOS BANCÁRIOS. REVISIONAL. AUSÊNCIA DO CONTRATO. JUROS REMUNERATÓRIOS. LIMITAÇÃO À TAXA MÉDIA DE MERCADO. SÚMULA 530/STJ. CAPITALIZAÇÃO MENSAL E ANUAL DOS JUROS. INEXISTÊNCIA DE PACTUAÇÃO. SÚMULA 539/STJ. COMISSÃO DE PERMANÊNCIA. CONTRATAÇÃO. AUSÊNCIA DE PROVA. AGRAVO INTERNO DESPROVIDO.

1. Súmula 530: "Nos contratos bancários, na impossibilidade de comprovar a taxa de juros efetivamente contratada - por ausência de pactuação ou pela falta de juntada do instrumento aos autos -, aplica-se a taxa média de mercado, divulgada pelo Bacen, praticada nas operações da mesma espécie, salvo se a taxa cobrada for mais vantajosa para o devedor."

2. Súmula 539: "É permitida a capitalização de juros com periodicidade inferior à anual em contratos celebrados com instituições integrantes do Sistema Financeiro Nacional a partir de 31/3/2000 (MP n. 1.963-17/2000, reeditada como MP n. 2.170-36/2001), desde que expressamente pactuada."

3. A Segunda Seção do STJ sedimentou o entendimento de ser

necessária a pactuação expressa para capitalização anual dos juros.

4. Como o contrato não foi juntado aos autos, torna-se inviável presumir a contratação de juros capitalizados (mensalmente ou anualmente) e da comissão de permanência. Precedentes.

5. Agravo interno desprovido. (AgInt no REsp 1534460/SC, Rel. Ministro Marco Aurélio Bellizze, Terceira Turma, julgado em 01/12/2016, DJe 12/12/2016.)

No presente caso, o acórdão recorrido está em contrariedade com a orientação firmada por este Superior Tribunal de Justiça, pois limitou a taxa de juros remuneratórios à 6% ao ano na vigência do Código Civil de 1916 e 12% ao ano a partir da entrada em vigor do novo Código (fls. 165/166).

Capitalização de juros:

A Segunda Seção do Superior Tribunal de Justiça, no julgamento, sob o rito dos recursos especiais repetitivos, do REsp n. 973.827/RS, vinculado ao Tema n. 246/STJ, firmou o entendimento acerca da capitalização mensal dos juros, nos termos do acórdão assim ementado:

CIVIL E PROCESSUAL. RECURSO ESPECIAL REPETITIVO. AÇÕES REVISIONAL E DE BUSCA E APREENSÃO CONVERTIDA EM DEPÓSITO. CONTRATO DE FINANCIAMENTO COM GARANTIA DE ALIENAÇÃO FIDUCIÁRIA. CAPITALIZAÇÃO DE JUROS. JUROS COMPOSTOS. DECRETO 22.626/1933 MEDIDA PROVISÓRIA 2.170-36/2001. COMISSÃO DE PERMANÊNCIA. MORA. CARACTERIZAÇÃO.

1. A capitalização de juros vedada pelo Decreto 22.626/1933 (Lei de Usura) em intervalo inferior a um ano e permitida pela Medida Provisória 2.170-36/2001, desde que expressamente pactuada, tem por pressuposto a circunstância de os juros devidos e já vencidos serem, periodicamente, incorporados ao valor principal. Os juros não pagos são incorporados ao capital e sobre eles passam a incidir novos juros.

2. Por outro lado, há os conceitos abstratos, de matemática financeira, de "taxa de juros simples" e "taxa de juros compostos", métodos usados na formação da taxa de juros contratada, prévios ao início do cumprimento do contrato. A mera circunstância de estar pactuada taxa efetiva e taxa nominal de juros não implica capitalização de juros, mas apenas processo de formação da taxa de juros pelo método composto, o que não é proibido pelo Decreto 22.626/1933.

3. Teses para os efeitos do art. 543-C do CPC:

- "É permitida a capitalização de juros com periodicidade inferior a um ano em contratos celebrados após 31.3.2000, data da publicação da Medida Provisória n. 1.963-17/2000 (em vigor como MP 2.170-36/2001), desde que expressamente pactuada."

- "A capitalização dos juros em periodicidade inferior à anual deve vir pactuada de forma expressa e clara. A previsão no contrato bancário de taxa de juros anual superior ao duodécuplo da mensal é suficiente para

permitir a cobrança da taxa efetiva anual contratada".

(...)

6. Recurso especial conhecido em parte e, nessa extensão, provido.
(Relator Ministro Luis Felipe Salomão, relator para o acórdão Ministra Maria Isabel Gallotti, Segunda Seção, DJe de 24/9/2012.)

Na espécie, o Tribunal de origem decidiu de acordo com essa orientação ao proibir a capitalização mensal dos juros em razão da ausência de demonstração da sua pactuação (fl. 168).

A reforma do acórdão, nesse particular, é inviável, visto que, para tanto, seria necessário o revolvimento do conjunto fático-probatório dos autos e a interpretação de cláusula contratual, o que é vedado pelas Súmulas n. 5 e 7 do STJ.

Ressalta-se, ainda, que o REsp. 1.388.972/SC – Tema 953, firmou entendimento no sentido de que, para a cobrança da capitalização anual de juros, também há necessidade de pactuação expressa, não alterando em nada o entendimento já firmado no REsp 973.827/RS.

Assim, não merece reforma o *decisum* guerreado.

Tarifas administrativas e caracterização da mora:

Na espécie, verifica-se que, quanto à legalidade da cobrança das tarifas administrativas e a caracterização da mora, as questões não foram apreciadas pelo v. acórdão recorrido e sequer foram opostos embargos de declaração para tanto, carecendo o recurso, no ponto, do imprescindível prequestionamento, circunstância que atrai a incidência das Súmulas 282 e 356 do c. Supremo Tribunal Federal.

Repetição do indébito:

Quanto à tese relativa à impossibilidade de repetição do indébito, a parte recorrente deixou de indicar os dispositivos legais supostamente violados pelo acórdão impugnado, o que caracteriza deficiência na fundamentação recursal, a teor da Súmula 284 do Supremo Tribunal Federal, *in verbis*: "É inadmissível o recurso extraordinário, quando a deficiência na sua fundamentação não permitir a exata compreensão da controvérsia".

Alteração da distribuição dos honorários sucumbenciais:

Esta Corte Superior de Justiça possui entendimento pacificado no sentido de que a alteração da distribuição da sucumbência fixada pelas instâncias ordinárias

demanda necessário revolvimento do conteúdo fático probatório dos autos, o que atrai a incidência da Súmula 7/STJ, assim redigida: A pretensão de simples reexame de prova não enseja recurso especial. Precedentes:

AGRAVO INTERNO NO AGRAVO INTERNO NO RECURSO ESPECIAL - AÇÃO DE COBRANÇA - DECISÃO MONOCRÁTICA QUE NEGOU PROVIMENTO AO RECLAMO. INSURGÊNCIA DO AUTOR.

1. Nos termos da jurisprudência consolidada desta Corte Superior, para fins do art. 105, inc. III, "a", da Constituição Federal, não é cabível recurso especial fundado em alegada violação de enunciado de súmula. Incidência da Súmula 518/STJ.

2. A revisão do aresto impugnado no sentido pretendido pela parte recorrente exigira proceder a nova interpretação das cláusulas contratuais e, ainda, derruir a convicção formada nas instâncias ordinárias sobre a situação do bem sinistrado. Incidência das Súmulas 5/STJ e 7/STJ, aplicáveis também à alegação de dissídio jurisprudencial.

3. A revisão dos valores arbitrados a título de honorários advocatícios, bem como da distribuição dos ônus sucumbenciais envolvem ampla análise de questões de fato e de prova, consoante as peculiaridades de cada caso concreto, providência incabível em sede de recurso especial, nos termos da Súmula 7/STJ.

4. Agravo interno desprovido.

(AgInt no AgInt no AREsp 799.066/MG, Rel. Ministro MARCO BUZZI, QUARTA TURMA, julgado em 02/08/2018, DJe 20/08/2018)

AGRAVO REGIMENTAL NO AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL - AÇÃO CONDENATÓRIA - DECISÃO MONOCRÁTICA QUE CONHECEU DO AGRAVO PARA NEGAR SEGUIMENTO AO RECURSO ESPECIAL. INSURGÊNCIA DO REQUERIDO.

1. A Corte de origem dirimiu a matéria submetida à sua apreciação, manifestando-se expressamente acerca dos temas necessários à integral solução da lide. Dessa forma, à míngua de qualquer omissão, contradição ou obscuridade no aresto recorrido, não se verifica a ofensa ao artigo 535 do Código de Processo Civil de 1973.

2. A revisão do aresto impugnado exigira derruir a convicção formada nas instâncias ordinárias sobre não estar configurada a relação consumerista, uma vez que os serviços prestados seriam utilizados como insumos para a atividade empresária. Incidência das Súmulas 83/STJ e 7/STJ.

3. A responsabilidade civil do banco foi aferida com base nos elementos fático-probatórios constantes dos autos e rever tal conclusão, nos termos pretendidos pelo recorrente, encontra óbice na Súmula 7 do STJ.

4. A revisão dos valores arbitrados a título de honorários advocatícios, bem como da distribuição dos ônus sucumbenciais envolvem ampla análise de questões de fato e de prova, consoante as peculiaridades de cada caso concreto, providência incabível em sede de recurso especial, nos termos da Súmula 7/STJ.

5. Agravo regimental desprovido.

(AgRg no AREsp 768.033/SP, Rel. Ministro MARCO BUZZI,
QUARTA TURMA, julgado em 16/10/2018, DJe 23/10/2018)

Ante o exposto, **conheço em parte do recurso especial e, nesta extensão, dou-lhe parcial provimento para limitar os juros remuneratórios à taxa média de mercado nas operações da espécie, divulgada pelo Bacen, salvo se a taxa cobrada for mais vantajosa para o cliente.**

Custas e honorários advocatícios, observado quanto a estes o valor fixado na origem (fl. 113), na proporção de 10% a cargo do autor e 90% a cargo do banco réu, ressalvada concessão do benefício da justiça gratuita.

Publique-se. Intimem-se.

Brasília, 14 de fevereiro de 2019.

MINISTRO JOÃO OTÁVIO DE NORONHA

Presidente